

Contratações de TI para Concursos

Foco no CESPE

Primeira Bateria de Questões
Com Resolução Assistida

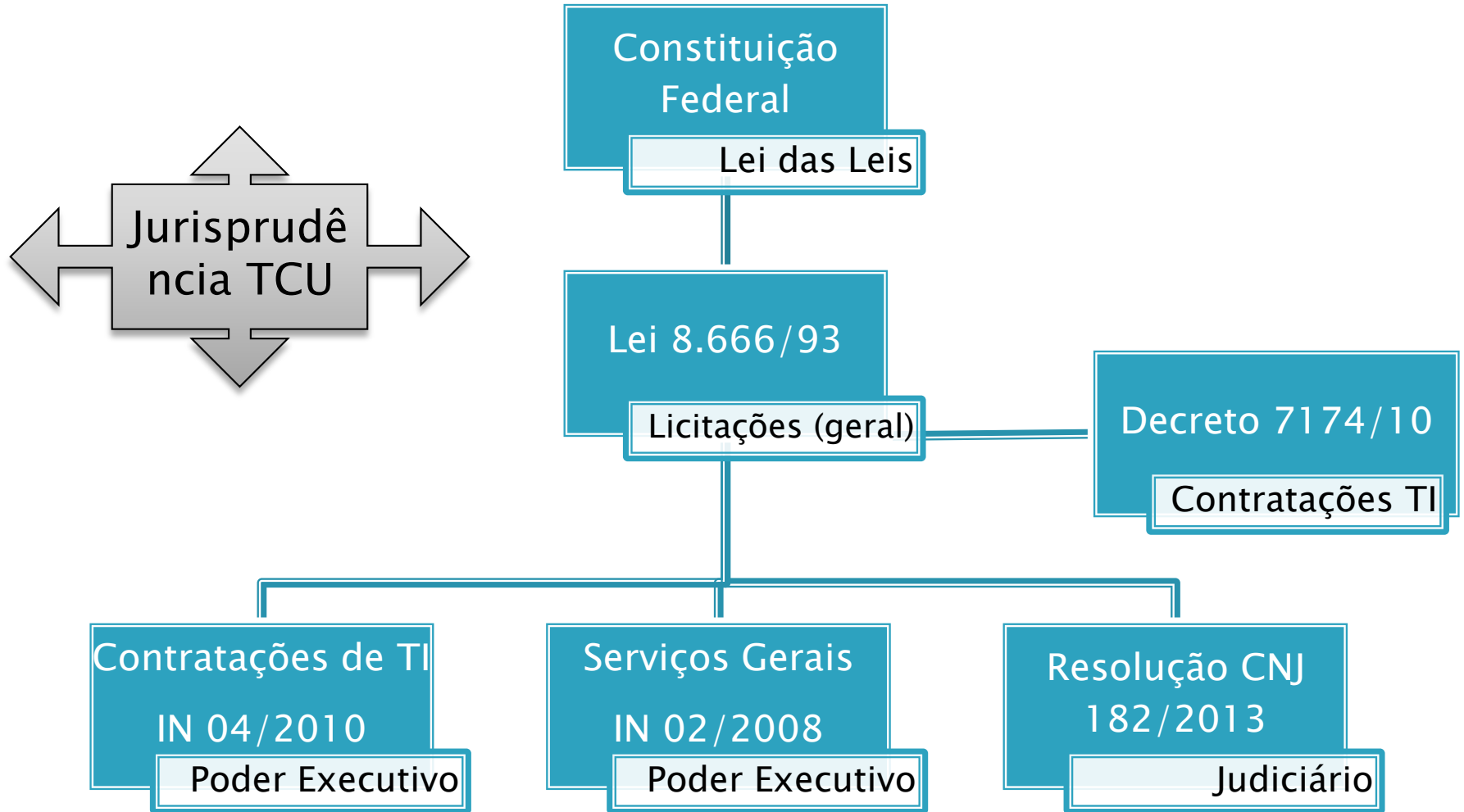
Modelo de Contratações de TI

Prof. Yuri Moraes

“Novo” Modelo de Contratações de TI

- ▶ Diretrizes para Contratações de TI, baseadas no arcabouço normativo, incluindo Jurisprudência do TCU
- ▶ Planejamento da contratação e alinhamento estratégico
- ▶ Gestão da TI realizada por servidores permanentes e capacitados
- ▶ Mensuração e pagamento dos serviços por resultados alcançados e verificados, e não por horas trabalhadas
- ▶ Avaliação da qualidade dos serviços com envolvimento da área de negócios requisitante
 - Participação do usuário é essencial
- ▶ Parcelamento das Soluções de TI em tantos itens quantos sejam viáveis

Arcabouço Normativo



(Cespe – MPOG 2013) Com relação ao Decreto n.º 7.174/2010, julgue os itens seguintes.

Para esse decreto, bens e serviços de informática são aqueles que podem ser comprados junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação.

(Cespe – MPOG 2013) Com relação ao Decreto n.º 7.174/2010, julgue os itens seguintes.

Para esse decreto, bens e serviços de informática são aqueles que podem ser comprados junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação.

→ ERRADO

NÃO CONFUNDA:

Art. 6º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia

(Cespe – TCU 2010) A administração pública pode celebrar um único contrato tendo por objeto mais de uma solução de tecnologia da informação.

(Cespe – TCU 2010) A administração pública pode celebrar um único contrato tendo por objeto **mais de uma solução** de tecnologia da informação.

→ ERRADO

*Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:
I – mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato; e*

(Cespe – TCU 2010) A contratação por determinado órgão público de empresa para realizar os serviços de execução e de fiscalização referentes ao mesmo objeto será legítima por atender ao interesse público com maior eficiência.

(Cespe – TCU 2010) A contratação por determinado órgão público de empresa para realizar os serviços de **execução e de fiscalização referentes ao mesmo objeto será legítima** por atender ao interesse público com maior eficiência.

→ ERRADO

Art. 5º (...) Parágrafo único. O apoio técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade das Soluções de Tecnologia da Informação poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

Art. 6º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação seja objeto de contratação, a contratada que provê a Solução de Tecnologia da Informação não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia à fiscalização.

(Cespe – Anatel 2014) Nos termos da IN 4/2010 do MPOG, a gestão da segurança da informação de um ente público não poderá ser objeto de contratação.

(Cespe – ABIN 2010) No serviço público federal, a gestão de processos e de segurança de TI deve ser objeto de um único contrato firmado entre a entidade e uma empresa terceirizada.

(Cespe – MPOG 2013) A contratação para gestão de processos de tecnologia da informação e segurança da informação deve ser precedida de planejamento alinhado ao planejamento estratégico do órgão.

Instrução Normativa nº 04/2014 – MPOG

Art. 4º As contratações de que trata esta IN deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

§ 1º O PDTI deverá estar alinhado à EGTIC e ao plano estratégico institucional e aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.

Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:

I – mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato; e

II – gestão de processos de Tecnologia da Informação, incluindo gestão de segurança da informação;

(Cespe – Anatel 2014) Nos termos da IN 4/2010 do MPOG, a **gestão da segurança da informação** de um ente público não poderá ser objeto de contratação.

→ CERTO

(Cespe – ABIN 2010) No serviço público federal, a **gestão de processos e de segurança de TI** deve ser objeto de um **único contrato** firmado entre a entidade e uma empresa terceirizada.

→ ERRADO

(Cespe – MPOG 2013) A **contratação para gestão de processos de tecnologia da informação e segurança** da informação deve ser precedida de planejamento alinhado ao planejamento estratégico do órgão.

→ ERRADO

(Cespe – ANP 2013) De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, uma entidade da administração pública que já tenha os processos de segurança da informação definidos pode contratar prestação de serviços para a gestão dos processos de segurança da informação.

(Cespe – ANP 2013) De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, uma entidade da administração pública que já tenha os processos de segurança da informação definidos **pode contratar prestação de serviços para a gestão dos processos de segurança da informação.**

→ ERRADO

Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:

I – mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato; e

II – gestão de processos de Tecnologia da Informação, incluindo gestão de segurança da informação;

(Cespe – ANCINE 2013) Na contratação de técnicos especializados para ambientes de TI, o contratante, para fins de retenção de talentos, poderá prever em edital a remuneração, além do valor mínimo dos benefícios a que terão direito os técnicos.

(Cespe – MPOG 2013) Para que os riscos de interrupção na prestação de serviços profissionais por parte da contratada se concretizem, é necessário prever, em edital, a remuneração dos funcionários da contratada e o índice utilizado para o reajuste.

(Cespe – ANCINE 2013) Na contratação de técnicos especializados para ambientes de TI, o contratante, para fins de retenção de talentos, **poderá prever em edital a remuneração**, além do **valor mínimo dos benefícios** a que terão direito os técnicos. → ERRADO

(Cespe – MPOG 2013) Para que os riscos de interrupção na prestação de serviços profissionais por parte da contratada se concretizem, é **necessário prever, em edital, a remuneração dos funcionários da contratada** e o índice utilizado para o reajuste. → ERRADO

Art. 7º É vedado:

I – estabelecer **vínculo de subordinação** com funcionários da contratada;

II – prever em edital a remuneração dos funcionários da contratada;

III – **indicar pessoas para compor o quadro funcional** da contratada;

IV – demandar a execução de serviços ou tarefas que escapem ao escopo do objeto da contratação, mesmo que haja assentimento do preposto ou da própria contratada;

V – **reembolsar despesas com transporte, hospedagem** e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

VI – prever em edital **exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna dos fornecedores;**

(Cespe – STF 2013) Julgue os itens que se seguem a respeito da IN n.º 4 MPOG/SLTI e do guia de boas práticas em contratação de TI TCU.

É possível que uma determinada organização realize planejamento da contratação de serviços de TI contendo aferição de esforço por meio da métrica homens-hora, de acordo com o prescrito na IN n.º 4 MPOG/SLTI.

(Cespe – STF 2013) Julgue os itens que se seguem a respeito da IN n.º 4 MPOG/SLTI e do guia de boas práticas em contratação de TI TCU.

É possível que uma determinada organização realize planejamento da contratação de serviços de TI contendo aferição de esforço por meio da métrica homens-hora, de acordo com o prescrito na IN n.º 4 MPOG/SLTI.

→ CERTO

Art. 7º É vedado:

VIII – adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, **salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos** de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;

IX – contratar por postos de trabalho alocados, **salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis** com o posto previamente definido;

(Cespe – BASA 2010) Caso sejam identificadas características técnicas que permitam a contratação parcelada de serviços de natureza específica, que podem ser executados por pessoas ou empresas de especialidade diferente da que apresenta o executor do serviço principal, então é obrigatória a realização de um único certame licitatório cuja modalidade seja correspondente à soma dos valores de todas as parcelas do serviço de TI, sob pena de ilicitude por fracionamento de despesa.

(Cespe – BASA 2010) Caso sejam identificadas características técnicas que permitam a contratação parcelada de serviços de natureza específica, que podem ser executados por pessoas ou empresas de especialidade diferente da que apresenta o executor do serviço principal, então é **obrigatória a realização de um único certame licitatório** cuja modalidade seja correspondente à soma dos valores de todas as parcelas do serviço de TI, sob pena de ilicitude por fracionamento de despesa.

→ ERRADA

Lei 8666/93

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

§ 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, **a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta**, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

(Cespe – TCDF 2012) Quanto à segurança da informação, a Lei de Licitações exige a cessão dos direitos patrimoniais do contratado sobre projetos ou serviços técnicos especializados contratados, inclusive como condição para pagamento.

(Cespe – TCDF 2012) Quanto à segurança da informação, a Lei de Licitações exige a cessão dos direitos patrimoniais do contratado sobre projetos ou serviços técnicos especializados contratados, inclusive como condição para pagamento.

→ CERTO

Lei 8.666/93

Art. 111. A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.

Parágrafo único. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

(Cespe – ABIN 2010) Segundo o TCU, o problema não é terceirizar e sim terceirizar mal. Uma das deficiências detectadas nesse tipo de procedimento é deixar de avaliar os riscos e não criar mecanismos de controle relativos. Ainda de acordo com o TCU, a estratégia de terceirização é decisiva para uma boa governança de TI.

(Cespe – ABIN 2010) Segundo o TCU, o problema não é terceirizar e sim terceirizar mal. Uma das deficiências detectadas nesse tipo de procedimento é deixar de avaliar os riscos e não criar mecanismos de controle relativos. Ainda de acordo com o TCU, a estratégia de terceirização é decisiva para uma boa governança de TI.

→ CERTO

O Decreto-Lei 200/1967 traz, no art. 10, § 7º, a diretriz para que a APF se desobrigue da realização de tarefas executivas (execução de tarefas operacionais), recorrendo, sempre que possível, à execução indireta...

“Cabe à alta administração, diretamente ou por intermédio de estruturas de governança de TI e de controle interno, deixar claro que o planejamento das contratações deve ser feito de modo que os riscos de cada contratação sejam levantados e as providências para tratamento desses riscos sejam definidas e executadas.”

[Guia de Contratações de Soluções de TI o TCU]

Obrigado!

Yuri Moraes

<http://www.itnerante.com.br/profile/YuriMoraesBezerra>

www.facebook.com/yuri.moraes

Grupo de discussão na rede ITnerante

Licitações e Contratos de TI

<http://www.itnerante.com.br/group/licitaesecontratosdeti>

Meus outros cursos:

- Usabilidade de Software
- Licitações e Contratos de TI
- Planejamento Estratégico de TI
- BPM – Processos de Negócio
- Workflow e Gestão Eletrônica de Documentos (GED)
- Governo Eletrônico (e-MAG / e-PING)
- Portais Corporativos

<http://www.provasdeti.com.br/index.php/por-professor/yuri-morais.html>

Contratações de TI para Concursos

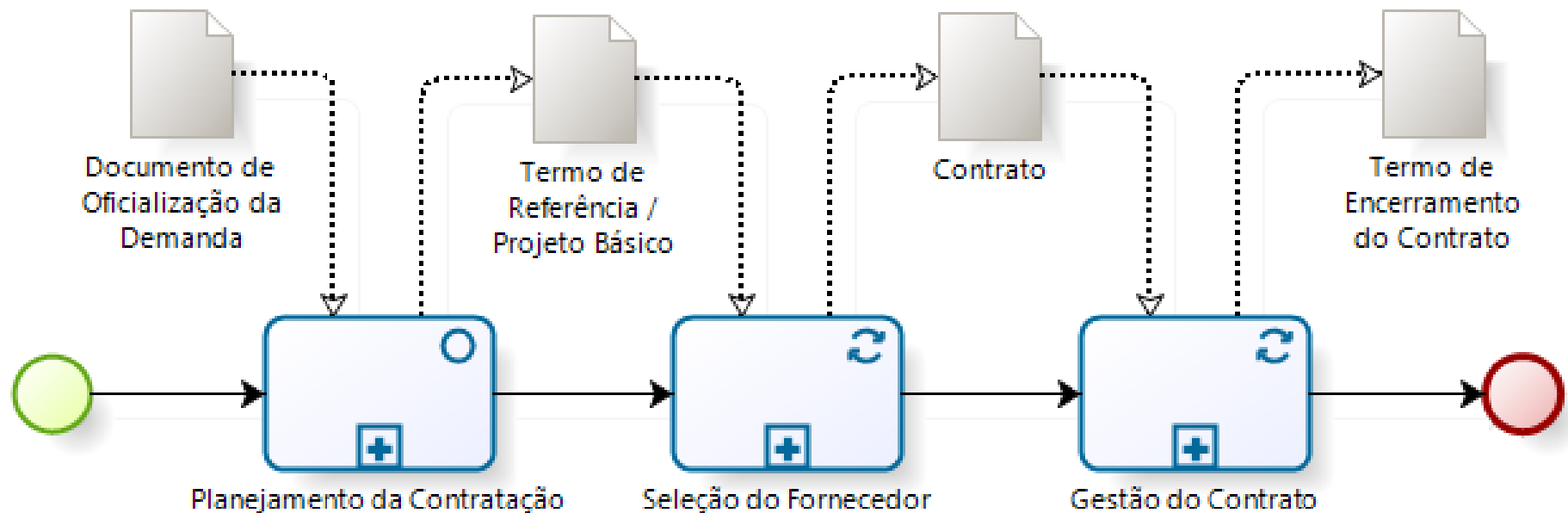
Foco no CESPE

Segunda Bateria de Questões
com Resolução Assistida

Planejamento e Gestão da Contratação

Prof. Yuri Moraes

Processo para Contratações de TI



(Cespe – ANTAQ 2014) No tocante ao IN SLTI/MPOG n.º 4, julgue o item a seguir.

Na adesão à ata de registro de preços, não há necessidade de se realizar a fase de planejamento da contratação.

(Cespe – TCDF 2014) A respeito das contratações na área de TI, julgue os itens subsecutivos.

Para a contratação por inexigibilidade, é dispensável a execução da fase de planejamento da contratação.

(Cespe – ANTAQ 2014) No tocante ao IN SLTI/MPOG n.º 4, julgue o item a seguir.

Na adesão à ata de registro de preços, não há necessidade de se realizar a fase de planejamento da contratação.

→ ERRADO

(Cespe – TCDF 2014) A respeito das contratações na área de TI, julgue os itens subsecutivos.

Para a contratação por inexigibilidade, é dispensável a execução da fase de planejamento da contratação.

→ ERRADO

Art. 9º § 2º (...) é obrigatória a execução de todas as etapas da fase de Planejamento da Contratação, independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de:

I – inexigibilidade;

II – dispensa de licitação ou licitação dispensada;

III – criação e adesão à Ata de Registro de Preços;

IV – contratações com uso de verbas de organismos internacionais, como Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e outros.

(Cespe – MPOG 2013) Com relação ao Decreto n.º 7.174/2010, julgue os itens seguintes.

De acordo com o referido decreto, é permitida a aquisição de bens mediante planejamento da contratação, inclusive em casos que não representem a real demanda de desempenho do órgão.

(Cespe – MPOG 2013) Com relação ao Decreto n.º 7.174/2010, julgue os itens seguintes.

De acordo com o referido decreto, é permitida a aquisição de bens mediante planejamento da contratação, **inclusive em casos que não representem a real demanda de desempenho do órgão.**

→ ERRADO

[Decreto 7174/2010] Art. 2º A aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e automação deverá ser precedida da elaboração de planejamento da contratação (...) **vedando-se as especificações que:**

I – direcionem ou favoreçam a contratação de um fornecedor específico;

II – **não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade; e**

III – não explicitem métodos objetivos de mensuração do desempenho dos bens e serviços de informática e automação.

(Cespe – MPOG 2013) Com base nas disposições da Instrução Normativa do MPOG/SLTI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

Na fase de planejamento da contratação, é necessária a elaboração de um documento que oficialize a demanda e contenha a indicação da fonte dos recursos para a contratação.

(Cespe – MPOG 2013) Com base nas disposições da Instrução Normativa do MPOG/SLTI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

Na fase de planejamento da contratação, é necessária a elaboração de **um documento que oficialize a demanda** e contenha a **indicação da fonte dos recursos** para a contratação.

→ CERTO

Art. 11. A fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento pela Área de Tecnologia da Informação do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, a cargo da Área Requisitante da Solução, para instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, que **conterá no mínimo: (...)**

III – indicação da fonte dos recursos para a contratação;

(Cespe – ABIN 2010 [~adaptada]) O Estudo Técnico Preliminar prevê tarefas de avaliação das necessidades corporativas, segundo os objetivos estratégicos, além da explicitação da motivação para contratação. Também trata da especificação de requisitos e demandas, avaliação de soluções disponíveis, projetos similares e identificação de possíveis soluções, momento em que provedor e cliente devem participar conjuntamente.

(Cespe – MPOG 2013 [~adaptada]) É tarefa do estudo técnico preliminar da contratação identificar diferentes soluções que atendam aos requisitos da demanda, considerando as soluções existentes no portal de software público brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

(Cespe – ABIN 2010 [~adaptada]) O Estudo Técnico Preliminar prevê tarefas de **avaliação das necessidades corporativas**, segundo os objetivos estratégicos, além **da explicitação da motivação para contratação**. Também trata da especificação de **requisitos e demandas, avaliação de soluções disponíveis, projetos similares e identificação de possíveis soluções**, momento em que provedor e cliente devem participar conjuntamente.

→ CERTO

(Cespe – MPOG 2013 [~adaptada]) É tarefa do estudo técnico preliminar da contratação **identificar diferentes soluções que atendam aos requisitos da demanda**, considerando as soluções existentes no portal de software público brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

→ CERTO

Art. 12. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo as seguintes tarefas:

I – definição e especificação das **necessidades de negócio e tecnológicas, e/ou dos requisitos** necessários e suficientes à escolha da Solução de Tecnologia da Informação...

II – **avaliação das diferentes soluções** que atendam aos requisitos, considerando:

a) a disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;

b) **as soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro** (<http://www.softwarepublico.gov.br>);

c) a capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público;

III – análise e **comparação entre os custos totais** de propriedade das soluções identificadas...

IV – **escolha da Solução de Tecnologia** da Informação e justificativa da solução escolhida

(...)

VIII – declaração da **viabilidade da contratação**.

(Cespe – ANP 2013 [~adaptada]) De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2014, no estudo técnico preliminar deve ser feita a declaração de viabilidade a contratação, sendo uma das tarefas desse estudo verificar a disponibilidade de solução similar em outro órgão público ou no portal do Software Público Brasileiro.

(Cespe – ANP 2013 [~adaptada]) De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2014, no estudo técnico preliminar deve ser feita a declaração de viabilidade a contratação, sendo uma das tarefas desse estudo verificar a disponibilidade de solução similar em outro órgão público ou no portal do Software Público Brasileiro.

→ CERTO

(Cespe – MPOG 2013 [~adaptada]) Na análise de riscos, o integrante técnico deve indicar a solução de tecnologia da informação a ser contratada.

(Cespe – ANAC 2012 [~adaptada]) A definição dos mecanismos para continuidade do fornecimento da Solução é uma das ações consideradas no estudo técnico preliminar e abrange o caso de uma eventual interrupção contratual;

(Cespe – MPOG 2013 [~adaptada]) **Na análise de riscos**, o integrante técnico deve indicar a solução de tecnologia da informação a ser contratada.

→ ERRADO

(Cespe – ANAC 2012 [~adaptada]) A definição dos mecanismos para continuidade do fornecimento da Solução é uma das ações consideradas no estudo técnico preliminar e abrange o caso de uma eventual interrupção contratual;

→ CERTO

Art. 12. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação..., compreendendo as seguintes tarefas:

VII – definição dos mecanismos para continuidade do fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação em eventual interrupção contratual;

(Cespe – MPOG 2013) Para adotar acordo de nível de serviço, é necessário estabelecer um critério objetivo para mensurar os resultados, utilizando-se, preferencialmente, ferramenta informatizada.

(Cespe – MPOG 2013) Para adotar acordo de nível de serviço, é necessário estabelecer um critério objetivo para mensurar os resultados, utilizando-se, preferencialmente, ferramenta informatizada.

→ CERTO

IN 02/2008 – Art. 11.

§ 4º Para a adoção do Acordo de Nível de Serviço é preciso que exista critério objetivo de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos

(Cespe – MPOG 2013) É vedada a previsão, em edital, de que os quadros dos fornecedores sejam ocupados por funcionários com certificações profissionais para fornecer solução de tecnologia da informação, antes da contratação.

(Cespe – ABIN 2010) Exigir atestados de capacidade técnica em relação a itens não significativos para a obra ou serviço como um todo, de forma a evitar restrições ao caráter competitivo da licitação, é solicitação indevida na seleção de fornecedores.

(Cespe – MPOG 2013) É vedada a previsão, em edital, de que os quadros dos fornecedores sejam ocupados por funcionários com certificações profissionais para fornecer solução de tecnologia da informação, antes da contratação.

→ CERTO

(Cespe – ABIN 2010) Exigir atestados de capacidade técnica em relação a itens não significativos para a obra ou serviço como um todo, de forma a evitar restrições ao caráter competitivo da licitação, é solicitação indevida na seleção de fornecedores. → CERTO

IN 04/2014

Art. 7º É **VEDADO**:

VII – prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da Solução, antes da contratação;

X – nas licitações do tipo técnica e preço:

a) incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame; e

Lei 8.666/93

Art. 3º § 1º **É vedado** aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo...

(Cespe – MPOG 2013) A maioria de bens e serviços de informática deve adotar a modalidade técnica e preço, tendo em vista suas particularidades e a arquitetura de solução necessária para cada órgão contratante.

(Cespe – MPOG 2013) A **maioria de bens e serviços de informática deve adotar a modalidade técnica e preço**, tendo em vista suas particularidades e a arquitetura de solução necessária para cada órgão contratante.

→ ERRADA

IN 04 / 2014 – Art. 26.

Parágrafo único. **É obrigatória a utilização da modalidade Pregão** para as contratações de que trata esta IN sempre que a Solução de Tecnologia da Informação for **enquadrada como bens ou serviços comuns**, (...) preferencialmente na forma eletrônica...

Acórdão 2.471/2008–Plenário

9.2.2. Levando-se em conta que, devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de TI geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. **Logo, como regra, esses bens e serviços de TI devem ser considerados comuns**

(Cespe – TCU 2010) A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão público interessado reduzirá a responsabilidade da empresa contratada pelo poder público quando esta, por dolo ou culpa na execução do contrato, causar prejuízo a terceiros.

(Cespe – TCU 2010) A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão público interessado **reduzirá a responsabilidade da empresa** contratada pelo poder público quando esta, por dolo ou culpa na execução do contrato, causar prejuízo a terceiros.

→ ERRADO

Lei 8.666/93

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Obrigado!

Yuri Moraes

<http://www.itnerante.com.br/profile/YuriMoraesBezerra>

www.facebook.com/yuri.moraes

Grupo de discussão na rede ITnerante

[Licitações e Contratos de TI](#)

<http://www.itnerante.com.br/group/licitaesecontratosdeti>

Meus outros cursos:

- Usabilidade de Software
- Licitações e Contratos de TI
- Planejamento Estratégico de TI
- BPM – Processos de Negócio
- Workflow e Gestão Eletrônica de Documentos (GED)
- Governo Eletrônico (e-MAG / e-PING)
- Portais Corporativos

<http://www.provasdeti.com.br/index.php/por-professor/yuri-morais.html>

Contratações de TI para Concursos

Foco no CESPE

Questões Avançadas com Resolução Assistida

Estudos de Caso

Prof. Yuri Moraes

CASO 1

(Cespe – TJ/ES 2011) Um gestor governamental não ligado à área de TI, ao elaborar uma proposta de aquisição de licenças de determinado *software* por inexigibilidade de licitação, não avaliou previamente as opções do mercado e não realizou pesquisa de preços de forma adequada. A inexigibilidade de licitação foi justificada pelo fato de o fornecedor do *software* ter enviado proposta comercial, na qual constava tabela de preços para o *software* em questão e, em seguida, o gestor ter solicitado formalmente a aquisição do *software*, anexando ao processo a proposta comercial supracitada. A área de TI manifestou concordância sobre o prosseguimento do certame, no qual constavam os produtos e seus respectivos valores, ambos idênticos aos da proposta comercial. Em razão de haver evidências de que a área de TI não era a área de onde havia sido originada a solicitação para aquisição do *software*, o gestor foi acusado de ter cometido irregularidade e, em resposta à acusação, alegou não ter identificado as opções de mercado, por não haver obrigação formal de a unidade requisitante fazê-lo. Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsecutivos.

1. Embora a solicitação inicial do gestor seja de aquisição de software, em sua defesa, pode-se argumentar que ele recorreu à área especializada em efetuar pesquisas de preço ou, se for o caso, que havia outra área responsável por contatar o fornecedor do software e por solicitar mais dois orçamentos de produtos similares. Esses argumentos podem ser formulados em razão de tais práticas serem usuais como meio de elaboração de projetos básicos para a contratação de bens e serviços, bem como resguardarem o princípio da legalidade.

CERTO ou ERRADO ?

(Cespe – TJ/ES 2011) Um gestor governamental **não ligado à área de TI**, ao elaborar uma proposta de aquisição de licenças de determinado *software* por inexigibilidade de licitação, **não avaliou previamente as opções do mercado e não realizou pesquisa de preços de forma adequada**. A inexigibilidade de licitação foi justificada pelo fato de o fornecedor do *software* ter enviado proposta comercial, na qual constava tabela de preços para o *software* em questão e, em seguida, o gestor ter solicitado formalmente a aquisição do *software*, anexando ao processo a proposta comercial supracitada. **A área de TI manifestou concordância** sobre o prosseguimento do certame, no qual constavam os produtos e seus respectivos valores, ambos idênticos aos da proposta comercial. Em razão de haver evidências de que a área de TI não era a área de onde havia sido originada a solicitação para aquisição do *software*, o gestor foi acusado de ter cometido irregularidade e, em resposta à acusação, **alegou não ter identificado as opções de mercado, por não haver obrigação formal de a unidade requisitante fazê-lo**.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsecutivos.

IN 04 / 2014

Art. 12. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo as seguintes tarefas:
(...) levantamento de: (...)
b) soluções disponíveis no mercado;

Art. 22. A estimativa de preço da contratação deverá ser realizada pelos Integrantes Administrativo e Técnico para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e fundamentada em pesquisa no mercado, a exemplo de contratações similares, valores oficiais de referência, pesquisa junto a fornecedores ou tarifas públicas.

1. Embora a solicitação inicial do gestor seja de aquisição de software, **em sua defesa, pode-se argumentar que ele recorreu à área especializada em efetuar pesquisas de preço ou, se for o caso, que havia outra área responsável por contatar o fornecedor do software** e por solicitar mais dois orçamentos de produtos similares. Esses argumentos podem ser formulados em razão de tais práticas serem usuais como meio de elaboração de projetos básicos para a contratação de bens e serviços, bem como resguardarem o princípio da legalidade.

→ ERRADO

2. Em face da situação apresentada, é correto afirmar que o gestor realizou uma avaliação do mercado quando sugeriu a contratação do software e encaminhou, junto com a solicitação, a proposta comercial do fornecedor do software, consoante determinadas características; contudo, ao solicitar a contratação sem avaliar amplamente as opções do mercado, o gestor feriu o princípio da inexigibilidade, por restringir-se apenas à avaliação de um produto ou serviço específico.

CERTO ou ERRADO ?

Lei 8.666/93

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca,

2. Em face da situação apresentada, é correto afirmar que o gestor realizou uma avaliação do mercado quando sugeriu a contratação do software e encaminhou, junto com a solicitação, a proposta comercial do fornecedor do software, consoante determinadas características; contudo, ao solicitar a contratação sem avaliar amplamente as opções do mercado, o gestor feriu o princípio da inexigibilidade, por restringir-se apenas à avaliação de um produto ou serviço específico.

→ CERTO

CASO 2

(Cespe – TCU 2010) Texto introdutório (extrato do PDTI):

*** Aquisições e terceirização (sourcing):** as aquisições de bens e serviços deverão estar inseridas em um processo contínuo de transferência de tecnologia dos provedores de serviço externos para a organização. Os contratos serão regulados por acordos de nível de serviço. Os processos de terceirização envolverão prioritariamente os serviços de natureza rotineira e continuada. Os processos de concepção tecnológica e entendimento do negócio corporativo serão prioritariamente destinados a servidores efetivos da organização.

*** Consultoria:** processos de consultoria tecnológica, de aporte metodológico e de capacitação serão incorporados à contratação de serviços e ferramentas essenciais à modernização da estrutura gerencial, dos processos de trabalho e da plataforma tecnológica, sempre em um ciclo contínuo de absorção de métodos e tecnologias aportadas pela equipe de servidores efetivos da organização, adotando ainda um modelo de transferência de conhecimento por atuação presencial no sítio de consultores, para trabalhos conjuntos com servidores da organização.

(Cespe – TCU 2010) As diretrizes para contratação de serviços fazem diferenciação da estratégia de contratação e gerenciamento para terceirização de serviços de natureza operacional e rotineira e aporte de novas tecnologias e métodos.

(Cespe – TCU 2010) As diretrizes para contratação de serviços fazem **diferenciação da estratégia de contratação e gerenciamento para terceirização de serviços de natureza operacional e rotineira E aporte de novas tecnologias e métodos.**

→ CERTO

Terceirização de serviços operacionais

≠

Aporte de novas tecnologias

* **Aquisições e terceirização (sourcing):** as aquisições de bens e serviços deverão estar inseridas em um processo contínuo de transferência de tecnologia dos provedores de serviço externos para a organização. Os contratos serão regulados por acordos de nível de serviço. Os processos de terceirização envolverão prioritariamente os serviços de natureza rotineira e continuada. Os processos de concepção tecnológica e entendimento do negócio corporativo serão prioritariamente destinados a servidores efetivos da organização.

* **Consultoria:** processos de consultoria tecnológica, de aporte metodológico e de capacitação serão incorporados à contratação de serviços e ferramentas essenciais à modernização da estrutura gerencial, dos processos de trabalho e da plataforma tecnológica, sempre em um ciclo contínuo de absorção de métodos e tecnologias aportadas pela equipe de servidores efetivos da organização, adotando ainda um modelo de transferência de conhecimento por atuação presencial no sítio de consultores, para trabalhos conjuntos com servidores da organização.

CASO 3

(Cespe – TCU 2010) No texto da figura a seguir, os termos apresentados e o objeto licitado sugerem ser recomendável o parcelamento por itens.

A Comissão Permanente de Licitação, designada, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, da Lei nº 8248/91, alterada pela Lei nº 10176/2001, fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Técnica e Preço.

....., para contratação do fornecimento, suporte técnico e atualização de software de modelagem de processos, a ser realizada no âmbito do

IN 04/ 2014

Art. 2º. X – Solução de Tecnologia da Informação: conjunto de bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e automação que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação;

(...)

Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:

I – mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato;

(...)

Art. 14. § 3º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará, ainda, a necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

Guia de Contratações de TI do TCU

No caso da contratação do serviço de desenvolvimento de um sistema de informação, a solução de TI pode englobar, entre outros elementos:

- a) os softwares do sistema...
- b) as bases de dados do sistema...
- c) o sistema implantado no ambiente de produção do órgão...
- g) o sistema de indicadores de desempenho do sistema implantado...
- i) a capacitação dos diversos atores envolvidos com o sistema ...
- l) o serviço contínuo de suporte técnico ao sistema
- m) o serviço contínuo de manutenção do sistema (e.g. implantação de manutenções corretivas e evolutivas).

CASO 4

(Cespe – TCU 2008)

Cuidam os presentes autos de .. Representação pela .., acerca de ... irregularidades ocorridas na execução do Pregão Eletrônico ... pelo ..., cujo objeto, dividido em três lotes, consiste na contratação de empresa de informática para a “Solução de Atendimento e Suporte a Redes MAN e de Comunicação de Dados em ..., ... e ...”.

As irregularidades ... consistem ...:

- a) impossibilidade de realização da modalidade licitatória na modalidade pregão em razão de não se tratar de bens e serviços comuns, tal como previsto no art. 1º da Lei nº 10.520/2002;
- b) não adoção do tipo de licitação técnica e preço, obrigatória no caso, em decorrência do disposto no art. 45, § 4.º, da Lei nº 8.666/93;
- c) ausência de orçamento estimativo dos custos no edital do certame.

Além de noticiar as ... irregularidades, foi requerida a concessão de medida cautelar ...

(Cespe – TCU 2008) A improcedência parcial ou total da representação acima citada pode ter ocorrido em razão da possibilidade de se adotar a modalidade pregão para aquisição de serviços de informática quando constituírem serviços padronizáveis e normalmente disponíveis no mercado de informática.

(Cespe – TCU 2008) A improcedência parcial ou total da representação apresentada pode ter ocorrido em razão de os normativos que previam a aquisição de bens e serviços de informática por meio do tipo de licitação técnica e preço terem sido flexibilizados pela Lei n.º 10.520/2002.

(Cespe – TCU 2008) **A improcedência parcial ou total da representação** acima citada pode ter ocorrido em razão da possibilidade de se adotar a modalidade pregão para aquisição de serviços de informática quando constituírem serviços padronizáveis e normalmente disponíveis no mercado de informática.

→ CERTO

(Cespe – TCU 2008) **A improcedência parcial ou total da representação** apresentada pode ter ocorrido em razão de os normativos que previam a aquisição de bens e serviços de informática por meio do tipo de licitação técnica e preço terem sido flexibilizados pela Lei n.º 10.520/2002.

→ CERTO

Lei 8.666/93

Art. 45. § 4º Para **contratação de bens e serviços de informática**, a administração observará o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta os fatores especificados em seu parágrafo 2º e adotando **obrigatoriamente o tipo de licitação "técnica e preço"**, permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Lei 10.520/2002

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

IN 04 / 2014

Art. 26. Parágrafo único. É obrigatória a utilização da modalidade Pregão para as contratações de que trata esta IN sempre que a Solução de Tecnologia da Informação for enquadrada como bens ou serviços comuns, (...) preferencialmente na forma eletrônica...

Acórdão 2.471 / 2008–Plenário

9.2.2. Levando-se em conta que, devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de TI geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, como regra, esses bens e serviços de TI devem ser considerados comuns

CASO 5

Caso 5 – Questão Cespe TCU 2008 – Texto introdutório

Tratam os autos de representação interposta pela empresa...acerca de... irregularidades em minuta de Edital de Concorrência – veiculado por meio da Consulta Pública nº. ..., em ... – para a contratação de prestação de serviços aplicados à tecnologia da informação.

A representante...solicita...adoção de medida cautelar, no sentido de que seja determinada à...a correção dos itens constantes da minuta do edital de concorrência..., mais precisamente nos dispositivos que tratam da pontuação técnica, por estarem em confronto com a Lei...

(...) a licitação em foco visa à contratação de prestação de serviços aplicados à tecnologia da informação, divididos em 4 lotes, na modalidade concorrência, sob o tipo técnica e preço,..., onde os Lotes I, II e III... tratam de **'Serviço de Análise, Modelagem, Desenvolvimento, Reengenharia, Manutenção e Segurança de Sistemas'**.

No que se refere às irregularidades, a empresa que alega que estão ... nos itens.. do edital (minuta) ... os critérios de pontuação técnica ... conforme que se segue:

Caso 5 – Questão Cespe TCU 2008 – Texto introdutório (cont.)

'quanto ao fator qualidade, a licitante será pontuada pela comprovação de possuir, em seu quadro permanente, dois ou mais profissionais na função de Gerente de Projetos, com vínculo no mínimo de 3 (três) meses na data de abertura desta licitação, detentores de certificação PMP (Project Management Professional). A comprovação será feita, exclusivamente, mediante a apresentação da CTPS, certificado/diploma de 3.º grau e certificado PMP traduzido e registrado em cartório'.

'quanto aos fatores desempenho e compatibilidade, a licitante será pontuada, dentro de cada quesito, em função da quantidade de atestados de capacidade técnica para um mesmo serviço'.

'quanto ao fator suporte de serviços, aplicável aos lotes I, II e III, a licitante será pontuada pela comprovação de possuir instalações próprias de fábrica de software com capacidade de conexão segura com o ambiente tecnológico da ..., contendo sistema operacional... e, no mínimo, 50 estações de trabalho, sendo permitido que a licitante disponibilize a estrutura de fábrica de software até 30 dias após a assinatura do contrato'.

1. É procedente a alegação da empresa quanto aos fatores **qualidade e suporte de serviços** porque são ilegais critérios de pontuação técnica que promovam despesas desnecessárias e anteriores à celebração do contrato ou que frustrem o caráter competitivo do certame licitatório.

CERTO ou ERRADO?

1. É procedente a alegação da empresa quanto aos **fatores qualidade e suporte de serviços** porque são **ilegais critérios de pontuação técnica que promovam despesas desnecessárias e anteriores à celebração do contrato** ou que frustrem o caráter competitivo do certame licitatório.

→ CERTO

Guia de Contratações de TI do TCU

“Deve-se cuidar para que **nenhum critério de seleção viole os princípios** da legalidade e da competitividade, por **exigir ou pontuar requisitos para os quais as licitantes precisem incorrer em despesas que sejam desnecessárias e anteriores à celebração do contrato**, de modo que potencialmente frustrem o caráter competitivo do certame.”

IN 04 / 2014

Art. 7º É vedado:

VII – prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da Solução, antes da contratação;

2. Não procede a alegação da empresa **quanto ao fator qualidade**, considerando-se o argumento apresentado de que a exigência de vínculo empregatício é cabível apenas para a comprovação da capacidade técnico-profissional, em relação aos profissionais de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, desde que estes sejam detentores de responsabilidade técnica.

CERTO ou ERRADO?

3. Considere como fato que, para a prestação dos serviços nos respectivos lotes a serem licitados, a empresa deva ter apenas um gerente de projeto. Nesse caso, procede a alegação da empresa quanto ao fator qualidade, pois este obriga as licitantes a incorrerem em despesas desnecessárias, ao ser conferida maior pontuação para quem apresentar um quantitativo de gerentes superior ao que será realmente necessário para a execução do serviço.

CERTO ou ERRADO?

2. Não procede a alegação da empresa **quanto ao fator qualidade**, considerando-se o argumento apresentado de que a **exigência de vínculo empregatício é cabível apenas para a comprovação da capacidade técnico-profissional**, em relação aos profissionais de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, desde que estes sejam detentores de responsabilidade técnica.

→ ERRADO

3. Considere como fato que, para a prestação dos serviços nos respectivos lotes a serem licitados, a empresa deva ter apenas um gerente de projeto. Nesse caso, **procede a alegação da empresa quanto ao fator qualidade**, pois este **obriga as licitantes a incorrerem em despesas desnecessárias**, ao ser conferida maior pontuação para quem **apresentar um quantitativo de gerentes superior ao que será realmente necessário** para a execução do serviço.

→ CERTO

4. Não procede a alegação da empresa **quanto aos fatores de desempenho e compatibilidade**, porque a atribuição de pontuação progressiva a um número crescente de atestados comprobatórios de experiência que contenham idêntico teor permite selecionar o licitante mais apto na licitação em tela.

'quanto aos fatores desempenho e compatibilidade, a licitante será pontuada, dentro de cada quesito, em função da quantidade de atestados de capacidade técnica para um mesmo serviço'.

4. Não procede a alegação da empresa quanto aos fatores de desempenho e compatibilidade, porque a **atribuição de pontuação progressiva a um número crescente de atestados comprobatórios de experiência que contenham idêntico teor permite selecionar o licitante mais apto na licitação em tela.**

→ ERRADO

IN 04 / 2014

Art. 25. A definição (...) dos critérios técnicos de julgamento das propostas para a fase de Seleção do Fornecedor, deverá observar o seguinte:

c) a vedação da indicação de entidade certificadora, exceto nos casos previamente dispostos em normas do governo federal;

d) a vedação de pontuação com base em atestados relativos à duração de trabalhos realizados pelo licitante;

e) a vedação de pontuação progressiva de mais de um atestado para o mesmo quesito de capacidade técnica; e

Obrigado!

Yuri Moraes

<http://www.itnerante.com.br/profile/YuriMoraesBezerra>

www.facebook.com/yuri.moraes

Grupo de discussão na rede ITnerante

[Licitações e Contratos de TI](#)

<http://www.itnerante.com.br/group/licitaesecontratosdeti>

Meus outros cursos:

- Usabilidade de Software
- Licitações e Contratos de TI
- Planejamento Estratégico de TI
- BPM – Processos de Negócio
- Workflow e Gestão Eletrônica de Documentos (GED)
- Governo Eletrônico (e-MAG / e-PING)
- Portais Corporativos

<http://www.provasdeti.com.br/index.php/por-professor/yuri-morais.html>